



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input checked="" type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Espaços Públicos: suas potencialidades educadoras e a construção da cidadania

Public spaces: their potential educators and building citizenship

Espacios públicos: sus potenciales educadores y la construcción de ciudadanía

MERLIN, José Roberto (1);

QUEIROZ, Alessandra Natali (2)

(1) Professor Doutor, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-Campinas, CEATEC, Campinas, SP, Brasil;
email: jrmerlin@puc-campinas.edu.br

(2) Professora Doutora, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-Campinas, CEATEC, Campinas, SP, Brasil;
email: alessandra.queiroz@puc-campinas.edu.br



Espaços Públicos: suas potencialidades educadoras e a construção da cidadania

Public spaces: their potential educators and building citizenship

Espacios públicos: sus potenciales educadores y la construcción de ciudadanía

RESUMO

Esta pesquisa pretende desvelar as possibilidades educadoras inerentes aos espaços públicos como forma de aprimorar a cidadania por considerar que eles têm qualidades potencialmente educadoras ou deseducadoras. Estas qualidades vinculam-se a propriedades inerentes ao espaço em si pelas relações e impactos que causa nos usuários, pelas informações que ele como documento revela àqueles que conseguem lê-lo, pelos eventos e atividades que comporta e pelas sensações que causa enquanto arte. Apesar da sua importância o espaço tem sido valorizado como agente educador e menosprezado devido à precariedade e pobreza cultural vigente no país e os interesses do capital, ambos prejudicando o desenho da cidade. Esse cenário conflitante revela as dificuldades de superar o impasse e se materializa na precariedade do meio urbano das cidades do país.

PALAVRAS-CHAVE: espaços públicos, cidadania, espaços educadores, urbanismo

ABSTRACT

This research aims to reveal the possibilities inherent educators to public spaces as a way to enhance citizenship on the grounds that they have potentially educators or deseducadoras qualities. These qualities are linked to properties inherent in space itself and the relationships that cause impacts on users, the information document as he reveals those who can read it, the events and activities it contains and by causing sensations as art. Despite its importance the space has been valued as an educator agent and belittled because of the prevailing insecurity and cultural poverty in the country and the interests of capital, undermining both the design of the city. Such contradictory scenario reveals the difficulties of overcoming the impasse and materializes in precarious urban cities of the country.

KEY-WORDS: public spaces, citizens, educators spaces, urbanism

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo mostrar las posibilidades educadores inherentes a los espacios públicos como una forma de mejorar la ciudadanía sobre la base de que tienen potencialmente educadores o cualidades deseducadoras. Estas cualidades están vinculadas a las propiedades inherentes en el espacio en sí y las relaciones que causan impactos en los usuarios, el documento de información como se revela a los que se puede leer, los eventos y actividades que contiene y provocando sensaciones como arte. A pesar de su importancia que el espacio ha sido valorada como agente educador y menospreciado por la inseguridad y cultural de la pobreza existente en el país y los intereses del capital, lo que socava tanto el diseño de la ciudad. Tal escenario contradictorio revela las dificultades de superar el impasse y se materializa en las ciudades precarias del país.

PALABRAS-CLAVE: espacios públicos, ciudadanos, educadores espacios, urbanismo



1 INTRODUÇÃO

Considerando a cidade fenômeno cultural esta pesquisa tenta saber como elas se constroem e quais fatores a desenham, considerando os espaços públicos potencialmente¹ educadores como um dos fatores intervenientes na construção da cidadania. Amplos processos sociais, econômicos e políticos imiscuem-se na conformação da cidadania através de objetos técnicos engendrados pelos meios técnicos-científicos-informacionais, bem como as qualidades do meio físico e social circundantes, especialmente ditadas pelo processo formativo em que protagoniza a educação. Entretanto a cidadania se constrói de várias formas sendo uma delas vinculadas as qualidades espaciais, confirmada pelo clichê “o homem condiciona o meio e o meio condiciona o homem”, que reverbera as inter-relações entre espaços públicos, esfera de vida pública e cidadania.

Historicamente o meio urbano sempre germinou ambientes educadores. Neles criam-se, transmitem-se e perenizam-se dados culturais com base na educação, considerada em seu sentido amplo. Hoje se vive a instantaneidade e a efemeridade impingidas pela globalização que necessita da “sociedade do conhecimento” para engendrar novos saberes que demanda do cidadão se atualizar diuturnamente, devido às céleres transformações tecnológicas que tornam rapidamente obsoletos todos os conhecimentos.

Assim, buscam-se aportes teóricos para compreender os espaços públicos potencialmente educadores, procurando revelar suas principais características e pesquisar parâmetros que possam modificar positivamente a esfera de vida pública para incrementar a construção da cidadania.

2 O ESPAÇO, O CIDADÃO E O ARQUITETO

Ler os espaços ajuda a entender o mundo. Espaços são documentos. Uns conseguem lê-los, outros apenas são tangidos por suas injunções. Aqueles que conseguem lê-los podem até investigá-los em suas características subjacentes e desvelar mensagens funcionais, icônicas e materiais. Aqueles que não conseguem compreendê-los na plenitude - os “analfabetos funcionais em leitura espacial”- deles podem usufruir enquanto usuários percebendo prioritariamente suas características funcionais. Ambas as situações remetem à criação da territorialidade, forte substrato da cidadania, compondo um cenário que estrutura as condições de existência e enraíza o cidadão na medida em que suscita a memória e o sentimento de pertencimento.

Entretanto, há quem trata o espaço de forma equivocada chamando-o de “espaço físico”. Esquecem que ao sintetizar fixos e fluxos, forma e conteúdo, objetos e ações, o espaço assume o status de instância social, superando a apreensão ilusória da manufatura espacial concreta, captada por parte da sensibilidade imediata e irrefletida, que normalmente distorce sua essência devido à ausência de inteligência.

O espaço revela o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade que o produziu, a organização social, a ordenação econômica, a tecnologia existente no momento de sua construção e o ambiente cultural vigente. Milton Santos (1999) diz que o espaço é totalidade

¹ O termo “potencialmente” esta sendo usado pelo entendimento de que o processo educador não se restringe unicamente ao espaço mas depende de outros fatores como eventos, formação dos usuários etc.

híbrida, um conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações, igualando-se enquanto instância social, à sociologia, à economia e à política.

Deixando de ser apenas palco, o espaço passa a interferir e condicionar as ações humanas. Quando o espaço natural é tangido por ações antrópicas transformando a natureza, torna-se território usado, incorporando valores culturais. Portanto, não há "espaço físico" - abstração claudicante e incorreta, quase desastrosa para processos intelectivos. Óbvio que o espaço extrapola o limite de sua concretude, tanto em termos perceptivos (FERRARA, 1986), como na superação dos limites da materialidade incorporando a ação (SANTOS, 1999). Seus limites físicos e perceptivos não coincidem. As paredes envidraçadas mostram que o olhar rompe os limites da vedação física dada pelo vidro, atingindo objetos fora do espaço delimitado materialmente. As características sensoriais e simbólicas transmitidas aos usuários através do espaço mexem com as sensações e a psique humana como se nota desde tempos remotos, quando usadas pelas classes hegemônicas nos Arcos de Triunfo e Catedrais, exemplos paradigmáticos que podem educar ou deseducar.

Na sociedade do conhecimento, produto da globalização, tratar a cidade e seu espaço como ferramenta educadora é um dado inexorável e primordial, visto que a escola e a família já não dão conta da plena educação. A cidade necessita ganhar características potencialmente educadoras para mitigar os efeitos da rigidez e do anacronismo presentes no sistema educacional.

Vale lembrar os conselhos de COELHO NETO (1997, P.47-48) que reporta a algumas prerrogativas positivas para o procedimento do arquiteto afirmando que:

...é necessário, [...] ,propor organizações espaciais que funcionem como informadoras e formadoras (educadoras) dos usuários na direção de uma mudança de comportamento que possa ser considerada como aperfeiçoadora das relações inter-humanas e motrizes do pleno desenvolvimento individual
...(COELHO NETO, 1997, p.47-48)

Há dificuldades de compreensão espacial causadas pelas lacunas da educação brasileira quando abdicou de ensinar os fundamentos da arte nos níveis de ensino fundamental e médio, sendo hoje, a cidade conclamada a assumir processos educadores. Supõe-se que esta ausência de formação no campo da estética e das artes seja um dos fatores primordiais do menosprezo que a maioria da população brasileira tem por valores espaciais, dos quais se aproveitam os especuladores imobiliários.

3 A CARTA DA AICE E AS POSSIBILIDADES EDUCADORAS

Em 1990, buscando conhecer, problematizar e enfatizar os atributos educadores da cidade foi fundada, em Barcelona, a AICE - Associação Internacional de Cidades Educadoras – objetivando fazer da cidade uma “grande escola” instrumentada para oferecer infindáveis possibilidades educadoras. Apoiada pela UNESCO foi produzida uma carta com vinte preceitos divididos em três princípios básicos: o direito a uma cidade educadora, o compromisso da cidade com seus cidadãos e a cidade a serviço integral das pessoas. Institucionalmente esta entidade tenta fazer com que o meio urbano seja educador, se comprometendo com a função pedagógica disseminadas por todas as ações da gestão municipal, procurando usar os múltiplos recursos educadores de cada cidade por todos os atos da gestão administrativa, da estrutura produtiva e do tecido social

A Carta das Cidades Educadoras dispõe de um alerta em seus prolegômenos:



Hoje mais do que nunca as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e transversal, capaz de contrariar os factores deseducativos. (Carta das Cidades Educadoras, 2004, on line)

Todos nos educamos (ou nos deseducamos) continuamente pelo nosso meio, ao mesmo tempo em que educamos (ou deseducamos) aqueles com quem interagimos. É uma ação recíproca de troca de conhecimentos baseada na cultura que nos molda em aspectos em que a genética humana deixou de interferir.

PORTELLA (2012, p.03) organiza os valores culturais em quatro grandes grupos mais ou menos homogêneos: 1- **valores teóricos** ligados ao conhecimento onde se percebe a iniciativa, a flexibilidade, a curiosidade, o humor etc.; 2- **valores éticos** onde se destacam a dignidade humana vinculadas a autoestima, vergonha, disciplina, tolerância etc.; 3- **valores de caráter social** vinculados aos relacionamentos como honra, justiça, amabilidade, valentia etc. e 4- **valores de caráter estéticos** vinculados a beleza, elegância, harmonia etc., que afetam a sensibilidade humana.

4 ESPAÇOS PÚBLICOS E OUTROS MEIOS EDUCADORES

Existem inúmeros meios educadores dentre os quais podemos destacar a escola, a família, os meios de informação (livros, internet, rádio, TV, outros meios de comunicação), as relações sócio-culturais e o recorte que nos interessa, ou seja, a cidade, o bairro, as praças etc. O meio urbano é em si educador pela diversidade de atores, atos e informações que enfrentamos nos distintos lugares, desde que o contexto urbano seja analisado criticamente.

Os espaços urbanos também se tornam potencialmente educadores por suas características inerentes ao ofício e delimitadas pelos elementos permanentes da arquitetura, ou seja, eixos, volumes, ritmos, proporções etc. "Trata-se da capacidade de educar por meio do impacto subliminar da própria estrutura construída, pela relação estabelecida entre o indivíduo e a edificação", bem como pelo entendimento de que "educar consiste também em propiciar às pessoas, pelo contato com a construção, maior autoconhecimento e percepção de si mesmas, do entorno, do meio ambiente e de sua própria época e história". (ARAUJO, 2013, on line)

Trata-se de uma educação diferente daquela que oferece conteúdos com possibilidades de galgar degraus até a obtenção de um diploma. É algo tácito, recôndito vinculado diretamente a vida gregária e sensível do ser humano. O edifício em si, enquanto meio traz mensagens explícitas e implícitas captadas e apreciadas predominantemente pelo olho, especialmente no mundo ocidental que protagoniza o olhar entre os distintos órgãos dos sentidos, por conectar a percepção entre o meio e a mensagem.

O filósofo e educador norte-americano Marshall McLuhan (1911-1980), hoje reconhecido como o primeiro a prever fenômenos como a globalização e a Internet, enunciou nos anos 60 alguns conceitos-chave perfeitamente aplicáveis à Arquitetura com função educacional. São eles: ode que o meio é a mensagem; e nós somos o que vemos. (ARAUJO, 2013, on line)

Constata-se que o "território usado" (SANTOS, 1999) tem forte influência nos processos perceptivos e intelectivos de seus usuários, conforme prescreve o provérbio "A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam". (BOFF, 1997)

O espaço público urbano, diferente da escola, da família e dos meios de comunicação pode ser um forte elemento educador no contexto da cidade se dotado de certas características.

A comunidade urbana e os outros meios, através das práticas e interações sociais repletas de regras, ritos e símbolos, educa (ou deseduca) transmitindo a seus membros uma série de valores específicos, em grande parte diferentes dos que a família, a escola e os meios de comunicação pode transmitir. (PORTELLA, 2012, p.6)

A metrópole é o lugar do anonimato e propicia maior liberdade ao indivíduo. Contém espaços públicos de diferentes formas permeados por atos inesperados que embora regrados, passam por transformações, inovações e mudanças que ocorrem ininterruptamente tornando ubíqua a imprevisibilidade. Nesse sentido diferencia-se da escola e da família onde os espaços são controlados e seguros, dotados de baixos níveis de incerteza, alta previsibilidade e controle. Na cidade, ao contrário, convivem dialeticamente o conflito e a colaboração. É o espaço real da mudança e da diversidade através do novo e do desconhecido, exigindo do usuário competência para o enfrentamento do imprevisto. A cidade tende a preparar o cidadão para enfrentar as mudanças dadas pelas inovações e as mudanças trazidas pelos objetos técnicos fruto do avanço da ciência, da tecnologia e da informação. Nela desponta o sujeito coletivo que permite a construção de novos e diferenciados objetos e inéditas ações. Espaço coletivo de fricções e liberdade, a cidade precisa de muitas leis e regulamentos de comportamento, mas embora bastante regrada, paradoxalmente, tem seus espaços muito pouco controlados. É impossível controlar a cidade apenas pela força policial. Ela reclama normas e regulamentos que são adquiridos através da educação e da cultura, exigindo civismo e valores ligados à cidadania vinculados ao processo civilizatório. (PORTELLA, 2012, p.7)

Cidade é espaço público. Cada cidade educa seus cidadãos de forma diferente. É possível fazê-lo por meio do medo, da agressividade ou por meio do respeito e da colaboração. A concepção do espaço público urbano (não somente ruas e praças, mas também as instalações e edifícios públicos), o uso que se faz dele, seu simbolismo, seu significado, impactam seriamente as funções educadoras das cidade. (PORTELLA, 2012, p.7)

Depreende-se do exposto que, tanto os artefatos arquitetônicos concretos, como as atividades que ocorrem no meio urbano tem potencialmente possibilidades educadoras inerentes aos espaços públicos afetando a construção da cidadania.

A tese que proporemos é que a educação na liberdade e, portanto, na responsabilidade e no civismo, só pode ser completada em meios de baixa previsibilidade, em meios de baixa regulação ou de baixo controle da regulação. A cidade é esse meio por excelência. Daí, a importância de se contemplar a cidade e o bairro como meio educador. (PORTELLA, 2012, p.7)

Em algumas cidades espanholas estão sendo feitas algumas experiências bastante interessantes com crianças que caminham a pé da casa até a escola. Com roteiro preestabelecido, as pessoas que normalmente estão nas ruas deste roteiro (comerciantes etc.) combinam de observar a passagem das crianças fiscalizando se tudo está ocorrendo dentro da normalidade. Havendo alguma intercorrência tomam as primeiras providências e informam seus pais. Com isto as crianças têm condições de aprender a enfrentar paulatinamente e com maior segurança o imprevisível das ruas da cidade.

Em resumo, os espaços públicos da cidade contribuem decisivamente para o processo educador preparando o cidadão para o enfrentamento do “imprevisível” complementando as atribuições da escola e da família, que acontecem em espaços controlados, seguros e previsíveis. Também educa subliminarmente pelos impactos nas relações entre o espaço e o indivíduo. Além disso, sendo o espaço um documento, subliminarmente, pode educar por suas

características inerentes vinculadas a arte, por revelar eventos pregressos e incitar a memória revivendo a história.

5 NOÇÕES SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS POTENCIALMENTE EDUCADORES

A pesquisa busca aprimorar referências relativas às características dos espaços potencialmente educadores sabendo de sua incompletude, mas também que um primeiro passo é sempre decisivo para revelar noções basilares.

É importante lembrar que a categoria cidade passa por profundas transformações, saindo de um modelo fordista em que predominava um centro forte e único com clara separação entre cidade e campo. Entretanto hoje, segue no sentido do modelo de urbanização dispersa e fragmentada, fruto da globalização e da proliferação dos objetos técnicos que engendraram a cidade policêntrica escamoteando os limites entre rural e urbano com o aumento da mobilidade física e banalização dos meios digitais.

A “sociedade do conhecimento” demanda por cidades educadoras com espaços imprescindíveis para convivência profícua entre os cidadãos e os objetos técnicos, revelando que os atos educadores não são neutros.

Não há a menor dúvida de que existem certos aspectos da educação necessária para uma convivência saudável que apenas podemos encontrar na cidade. Conseqüentemente, nada do que o governo da cidade faça ou deixe de fazer é educativamente neutro. Analisar todas as facetas educadoras da cidade (explícitas, mas também, sobretudo, as implícitas) e influir positivamente nelas é uma das principais tarefas estratégicas dos governos locais comprometidos com a boa convivência dos cidadãos. (PORTELLA, 2012, p.8)

Algumas qualidades e características são necessárias para que o espaço tomado enquanto instância social se torne potencialmente educador destacando-se algumas delas dispostas a seguir.

RESPEITO E ADEQUAÇÃO AO ENTORNO

Quando os espaços permitem (facilitam) ampla acessibilidade física, social, política, tecnológica e virtual, respeitam o meio ambiente enquanto forma-conteúdo vinculando-se ao território usado e tratam diligentemente o entorno estimulando a permeabilidade entre os espaços de diferentes concepções e valorizando as características locais no sentido de transformar o espaço em lugar podendo ser apropriado por todos.

Quando implantam a obra aproveitando-se das preexistências valorizando todas as qualidades da paisagem natural ou de espaços de valor histórico. Quando evidenciam os atributos vinculados aos elementos permanentes da arquitetura (eixos, volumes, texturas, ritmos, etc.) revelando qualidades espaciais em diferentes escalas. (Figura 01)

Figura 01: Espaço Público da Queda D'água no Rio Tietê Salto SP



Fonte: José Roberto Merlin, 2014.

REVELAR A HISTÓRIA DO LUGAR

Quando o espaço contém rugosidades que permitam conhecer a seqüência temporal de eventos de forma a relatar através dos objetos a história do lugar relembrando os eventos significativos pregressos em seus tempos próprios. Quando evidencia a técnica de como e quando foi concebido e construído revelando as intenções subjacentes de agentes sociais, econômicos, políticos e mesmo do designer. Tornam-se mais manifestos em monumentos, esculturas, parques, palácios, templos etc. que revelam a história, evidenciando patrimônios materiais e imateriais vinculados a fatos que ajudam a enraizar o cidadão ao território incitando o sentimento de pertencimento, tão necessário a constituição da cidadania. Os espaços que revelam a história são em si formativos, portanto agentes educadores potenciais formadores de cidadãos.

PROMOVER OS ENCONTROS HUMANOS ENTRE OS DIFERENTES

São qualidades que estimulam (ou permitem) a realização de eventos sociais, políticos ou culturais de todos os tipos objetivando agregar os humanos, promovem relações interpessoais e respeito à alteridade, incentivando o relacionamento entre “estranhos”, que é a essência da urbanidade e o cerne do processo educador, dado que a heterogeneidade facilita o aprendizado. Busca-se superar o ato de ficar encapsulado em casas e carros, perdendo as referências cívicas imposta pelo medo dos encontros com desconhecidos que cerceia a liberdade, criando guetos e condomínios que promovem a segregação sócio-espacial dificultando o conhecimento. A liberdade da cidade exige adaptações a fatos nem sempre compatíveis com as convicções individuais, ensejando o aprendizado de novas formas de se relacionar com estranhos, sem execrar suas estranhezas e pautado pela tolerância e pelo respeito, objetivando a construção de diálogos.

SUSCITAR PERCEPÇÕES

Os espaços se tornam potencialmente educadores quando aguçam os órgãos dos sentidos humanos (visão, olfato, tato, audição, gustação) e facilitam a eclosão de sensações de estranhamento, fazendo da experiência espacial uma forma de conhecimento ampliado da percepção vinculada à linguagem da arte, ampliando o repertório em experiências sensíveis e dilatando os processos perceptivos dos diferentes órgãos dos sentidos. Há espaços que captam

a natureza a favor da ampliação dos efeitos ligados aos sentidos, como praças que captam a energia solar durante o dia para reuso noturno produzindo efeitos luminosos que enriquecem o espaço. Há áreas públicas a beira mar que se aproveitam da energia das ondas para gerar sons, bem como lugares com esculturas que sibilam ao vento. (Figura 02)

Figura 02: Escultura “O Guarani” Campinas SP



Fonte: José Roberto Merlin, 2012.

Todos eles plasmam efeitos que aguçam a percepção criando sensações de estranhamento e sentimento que ampliam e educam nossos órgãos dos sentidos, enriquecendo o repertório sensível do ser humano de forma a dilatar seu conhecimento de mundo.

CONTROLE DO IMPREVISTO E SEGURANÇA

Espaços públicos potencialmente educadores devem ter características que facilitem o enfrentamento dos imprevistos e das surpresas atinentes ao meio urbano. Devem se estruturar através de ordenação espacial que facilite o senso de localização e a segurança ao usuário, permitindo-lhe se localizar em diversos níveis e escalas. A estrutura espacial deve oferecer especialmente para as crianças, um modelo que, paulatinamente a ensine a se proteger e evitar áreas de conflitos e eventos perigosos ou inconvenientes para sua faixa etária. Nesse sentido o senso de localização no espaço, as rotas de fuga e o controle visual de distâncias devem ser claras, compatíveis e primordiais para que se possam evitar possíveis focos de conflitos ou eventos indesejados.(Figura 03)

Espaço educador de qualidade deve ter estruturação clara para permitir localização consciente, ter desenho que permita aos usuários controlar todos os eventos das áreas do entorno próximo possibilitando evitar eventos desagradáveis e ter caminhos alternativos para

se distanciar das áreas de conflitos. Tais qualidades devem estar conjoinadas com formas e circulações que convidem à reunião das pessoas e, portanto, instiguem a agregação e o encontro.

Figura 03: Espaços que permitem ver o entorno



Fonte: José Roberto Merlin, 2014.

QUALIDADE DO ESPAÇO E DO DESIGN

Quando os programas de necessidades são concebidos de acordo com o avanço do desenvolvimento das forças produtivas daquele setor na sociedade naquele momento, permitem múltiplos usos e aprimoram e diversificam as atividades interdisciplinares compatíveis com o tema desenhado.

Nesse sentido as atividades dignificam o lugar como produção cultural, desde que ofereçam espaço de qualidade funcional, técnica, ética, política e estética à apropriação pública pela qualidade de seu desenho. Este item é o que requer maior dose de competência profissional já que exprime a qualidade espacial, desde a montagem do programa, passando pelo partido adotado até o detalhamento do projeto e a conclusão da obra. Exige-se qualidade total nas competências em todos os níveis, de forma que a obra tenha efetivamente atributos em todos os aspectos intervenientes no artefato produzido, de modo a catapultar o processo evolutivo naquilo que é inerente aos espaços.

As proposições de (LYNCH, 2.007) ajudam a almejar a boa forma urbana desde que promovam a interdisciplinaridade e a transversalidade relacionadas a: vitalidade, sentido, adequação, acesso, controle, eficiência e justiça. Tais características instigam as qualidades espaciais da cidade e discutem as contradições internas, pois nelas atuam diferentes atores com objetivos e interesses distintos que refletem inúmeras vontades e necessidades.

6 TRISTES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade brasileira, erigida principalmente por protagonistas vinculados a sustentar a hegemonia do capital, parece normal transgredir a qualidade, sempre acuada pelo lucro exorbitante, que estabelece o caos urbano e o desrespeito ao meio-ambiente. Nossa cultura



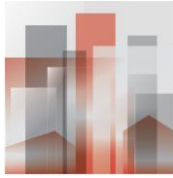
espacial, apesar de Milton Santos, Niemeyer, Artigas e tantos outros intelectuais não costuma valorizar o espaço.

As áreas livres públicas são estabelecidas sem levar em conta as necessidades dos cidadãos e são implantadas nos piores terrenos da gleba loteada. Tais procedimentos resultam em ruas e praças abandonadas, que se tornam depósito de lixo onde proliferam roedores, insetos e animais peçonhentos. Apesar disto, poucas são as reclamações dos usuários que, carentes de espaços até para moradia, aceitam tudo, enquanto políticos matreiros colocam a obtenção da casa própria nos longínquos rincões como dádiva do Estado.

Mancomunados alguns políticos e empresários e mesmo técnicos municipais dispensam a doação adequada das áreas verdes. Aproveitando-se da "brecha" dada pela lei federal nº 6766/1979 e subseqüentes diplomas legais, fazem uso do "desdobramento" para evitar o "loteamento" que exige doação de áreas verdes e institucionais que significam quinze por cento da área do loteamento. Não havendo rua antiga, o executivo alegando "utilidade pública" chega a desapropriar o terreno correspondente a uma rua, em torno da qual são implantados lotes, sem doação das áreas livres públicas. Triste realidade que se torna cada vez mais freqüente em muitas cidades brasileiras. Isto remete a indagar e problematizar o papel dos arquitetos ao se afrontar com o parcelamento do solo, forma nefasta de institucionalizar a precariedade, que privilegia o capital em detrimento das qualidades espaciais necessárias a construção da cidadania, aqui explicitadas.

REFERÊNCIAS

- AICE- *Carta das Cidades Educadoras*. Declaração de Barcelona, 1990, revisão Bologna, 1994, Genova, 2004. Disponível em www.fpce.up.pt/OCE. Acesso em 20/09/2011.
- ARAUJO, Márcio Augusto. *Arquitetura, percepção e educação*. Disponível em <http://www.idhea.com.br/pdf/arquitetura.pdf>. Acesso em 09/11/2013.
- BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha. Uma metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1998, 22ª edição.
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *Leitura sem Palavras*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo : Centauro, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984
- HOLL, Steven. *Cuestiones de percepción: Fenomenología de La arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.
- INNERARITY, Daniel. *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema, 2010.
- KAPP, Tessia. *A dimensão do espaço pedagógico: significações construtivas para o aprendizado*. In: Diálogos Possíveis. Disponível em www.faculdaadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/6/01.pdf Acesso em 20/05/2011
- LINCH, Kevin. *A Boa Forma Urbana*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- PORTELA, Josep Centelles i. *Cidade Educadora (Território Educador)*. Brasília, 10ª Expo Brasil, Abril 2012. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12709089/territorio-educador-expo-brasil-desenvolvimento-local> . Acesso em 03/03/2014
- PULS, Maurício Matos. *Arquitetura e Filosofia*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999. 3ª edição



III ENANPARQ

III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva
São Paulo, 2014

SIMÕES, Jorge Manuel Salgado. *Cidades em rede e redes de cidades: o movimento das cidades educadoras*. Coimbra. 2010. Dissertação de Mestrado em Cidades e Culturas Urbanas. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/54706970/Jss-Cidades-Em-Rede-e-Redes-de-Cidades>. Acesso em 05/06/2012)